

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2015

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba
Sicoob Coopecredi

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do 1º semestre de 2015 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba – SICOOB COOPECREDI, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 15/12/2014 o SICOOB COOPECREDI completou 40 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os associados. A atuação junto aos seus associados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No 1º semestre de 2015, o SICOOB COOPECREDI obteve um resultado de R\$ 11.950.268,94 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 8,8%.

3. Ativos

Os recursos totais, Disponibilidades, Títulos e Valores Mobiliários e Centralização Financeira, somaram R\$ 492.149.880,43. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 424.255.311,69.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

| | | | |
|--------------------|-----|----------------|------|
| Carteira Rural | R\$ | 319.422.008,38 | 75 % |
| Carteira Comercial | R\$ | 104.833.303,31 | 25 % |

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 30/06/2015 o percentual de 22% da carteira, no montante de R\$ 93.956.342,49.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 482.708.867,79, apresentaram uma redução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 1,6%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

| | | | |
|---------------------|-----|----------------|------|
| Depósitos à Vista | R\$ | 20.274.683,22 | 4 % |
| Depósitos a Prazo | R\$ | 455.309.773,69 | 94 % |
| Depósitos sob Aviso | R\$ | 7.124.410,88 | 2 % |

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 30/06/2015 o percentual de 37% da captação, no montante de R\$ 179.097.204,90.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPECREDI era de R\$ 119.825.400,84. O quadro social era composto por 3.615 associados, havendo um acréscimo de 20,7% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPECREDI adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 98% nos níveis de "AA" a "C".

7. Plano de Negócios

No exercício de 2012 a Cooperativa elaborou o plano de negócio e estudo de viabilidade econômica com vistas à concessão de autorização para funcionamento ou alteração estatutária para cooperativa de livre admissão, em conformidade com o disposto no artigo 11º da Resolução CMN nº 3.859/2010.

O plano de negócio foi elaborado com projeções para os exercícios de 2013, 2014 e 2015. Atualmente o desempenho é satisfatório, estando as projeções parcialmente atingidas. O quadro abaixo descreve as projeções:

| Acompanhamento Bacen | | |
|-----------------------------|----------------------|----------------------------|
| Descrição | Projetado | Realizado – 06/2015 |
| Disponibilidades | 699.391.360 | 492.149.880 |
| Operações de Crédito | 403.400.111 | 419.997.488 |
| Outros Créditos | 55.318.138 | 88.020.080 |
| Bens não de uso próprio | 11.195 | 710.446 |
| Permanente | 9.583.130 | 27.973.576 |
| Ativo total | 1.167.703.934 | 1.028.851.472 |
| Depósito à vista | 28.886.913 | 20.274.683 |
| Depósitos remunerados | 609.017.694 | 462.434.185 |
| Repasses | 319.358.426 | 320.232.417 |
| Outras obrigações | 44.857.446 | 90.009.425 |
| Patrimônio Líquido | 165.583.455 | 135.900.762 |
| Capital | 74.554.421 | 85.093.402 |
| Reservas | 77.373.517 | 38.857.091 |
| Sobras | 13.655.517 | 11.950.269 |
| Passivos totais | 1.167.703.934 | 1.028.851.472 |

8. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da Cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB SÃO PAULO, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Os mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela Cooperativa.

9. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 2014, com mandato até a AGO de 2017, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial semestral e anual. Em 2015, membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB SÃO PAULO, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

10. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPECREDI aderiram, em 18 de setembro de 2007, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos colaboradores, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

11. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos associados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No semestre de 2015, a Ouvidoria do SICOOB COOPECREDI registrou uma única manifestação de reclamação de não associado sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

A reclamação foi considerada procedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos colaboradores pela dedicação.

Guariba (SP), 14 de agosto de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30/06/2015
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - Sicoob Coopecredi
CNPJ/MF nº 44.469.161/0001-02

| ATIVO | 30/06/2015 | 30/06/2014 | PASSIVO | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|--|----------------------|----------------------|---|----------------------|----------------------|
| CIRCULANTE | 637.365.136 | 663.036.367 | CIRCULANTE | 646.258.842 | 657.505.891 |
| DISPONIBILIDADES | 577.510 | 1.263.792 | DEPÓSITOS (NOTA 10) | 482.708.868 | 490.549.418 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 04) | 398.909.553 | 437.086.115 | Depósitos à Vista | 20.274.683 | 21.553.166 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 398.909.553 | 437.086.115 | Depósitos a Prazo | 455.309.774 | 457.599.090 |
| RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 05) | 6.004.155 | 7.152.128 | Depósitos Sob Aviso | 7.124.411 | 11.397.163 |
| Centralização Financeira - Cooperativas | 6.004.155 | 7.152.128 | RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS | 69 | 173 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06) | 226.375.379 | 217.060.670 | Recursos em Trânsito de Terceiros | 69 | 173 |
| Operações de Crédito | 228.414.378 | 219.250.395 | OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (NOTA 11) | 158.108.496 | 161.064.735 |
| (Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) | (2.038.999) | (2.189.725) | Empréstimos País - Outras Instituições | 158.108.496 | 161.064.735 |
| OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07) | 4.788.092 | 424.580 | OUTRAS OBRIGAÇÕES | 5.441.409 | 5.891.565 |
| Rendas a Receber | 34.789 | 27.951 | Cobrança e Arrecadação de Tributos | 84.916 | 152.948 |
| Diversos | 4.753.304 | 396.629 | Sociais e Estatutárias (NOTA 12) | 2.641.304 | 2.589.899 |
| OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08) | 710.446 | 49.081 | Fiscais e Previdenciárias (NOTA 13) | 199.818 | 455.805 |
| Outros Valores e Bens | 628.810 | 9.594 | Diversas (NOTA 14) | 2.515.372 | 2.692.913 |
| Despesas Antecipadas | 81.636 | 39.488 | NÃO CIRCULANTE | 246.691.868 | 230.097.386 |
| NÃO CIRCULANTE | 391.486.335 | 339.398.618 | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO | 246.691.868 | 230.097.386 |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 363.512.759 | 319.120.459 | OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES (NOTA 11) | 162.123.921 | 158.977.878 |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 04) | 86.658.662 | 63.825.924 | Empréstimos País - Outras Instituições | 162.123.921 | 158.977.878 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 86.658.662 | 63.825.924 | OUTRAS OBRIGAÇÕES | 84.567.947 | 71.119.508 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06) | 193.622.109 | 179.586.669 | Sociais e Estatutárias (NOTA 12) | 136.744 | 141.329 |
| Operações de Crédito | 195.840.934 | 180.493.062 | Provisão para Contingências (NOTA 15) | 84.431.203 | 70.978.179 |
| (Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) | (2.218.825) | (906.392) | PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 135.900.762 | 114.831.709 |
| OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07) | 83.231.988 | 70.121.681 | CAPITAL SOCIAL (NOTA 17) | 85.093.402 | 78.320.679 |
| Diversos | - | 197.543 | De Domiciliados no País (NOTA 17a) | 85.093.402 | 78.320.679 |
| Depósitos Judiciais (NOTA 15) | 83.231.988 | 69.924.138 | RESERVAS DE SOBRAS | 38.857.091 | 30.419.470 |
| OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08) | - | 5.586.185 | Reserva Legal (NOTA 17b) | 30.257.091 | 26.819.470 |
| Outros Valores e Bens | - | 5.423.479 | Reserva para Contingências (NOTA 17c) | 8.600.000 | 3.600.000 |
| Despesas Antecipadas | - | 162.706 | SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS (NOTA 17d) | 11.950.269 | 6.091.559 |
| PERMANENTE (NOTA 09) | 27.973.576 | 20.278.159 | TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.028.851.472 | 1.002.434.985 |
| INVESTIMENTOS (NOTA 09a) | 24.217.145 | 16.133.436 | | | |
| Outros Investimentos | 24.217.145 | 16.133.436 | | | |
| IMOBILIZADO DE USO (NOTA 09b) | 2.379.036 | 2.500.234 | | | |
| Imóveis de Uso | 1.090.000 | 1.090.000 | | | |
| Outras Imobilizações de Uso (Depreciação acumulada) | 3.099.460 | 2.856.312 | | | |
| | (1.810.424) | (1.446.078) | | | |
| DIFERIDO (NOTA 09c) | 1.251.132 | 1.500.418 | | | |
| Outros Ativos Diferidos | 2.760.681 | 2.747.068 | | | |
| Amortização acumulada | (1.509.548) | (1.246.651) | | | |
| INTANGÍVEL (NOTA 09d) | 126.262 | 144.072 | | | |
| Outros Ativos Intangíveis | 467.045 | 456.427 | | | |
| (Amortização acumulada) | (340.783) | (312.355) | | | |
| TOTAL DO ATIVO | 1.028.851.472 | 1.002.434.985 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - Sicoob Coopecredi
CNPJ/MF nº 44.469.161/0001-02

| Descrição das contas | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|---|---------------------|---------------------|
| INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 46.456.193 | 35.728.012 |
| Operações de Crédito | 20.265.395 | 15.864.476 |
| Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros | 26.190.798 | 19.863.536 |
| DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | (32.349.306) | (26.016.654) |
| Operações de Captação no Mercado | (23.362.589) | (17.654.573) |
| Operações de Empréstimos e Repasses | (7.018.792) | (6.659.046) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa | (1.967.925) | (1.703.035) |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 14.106.886 | 9.711.358 |
| OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS | (2.081.604) | (3.586.568) |
| Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços | 1.163.125 | 312.468 |
| Rendas de Tarifas Bancárias | 134.907 | 145.395 |
| Dispêndios e Despesas de Pessoal | (3.271.844) | (3.689.239) |
| Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (NOTA 19) | (2.095.170) | (1.871.088) |
| Dispêndios e Despesas Tributárias | (153.309) | (131.435) |
| Outros Ingressos e Receitas Operacionais (NOTA 20) | 2.692.716 | 1.714.556 |
| Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (NOTA 20) | (552.028) | (67.225) |
| RESULTADO OPERACIONAL | 12.025.283 | 6.124.790 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 20) | (18.095) | (100) |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO | 12.007.188 | 6.124.690 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | (56.919) | (33.131) |
| SOBRAS OU PERDAS LÍQUIDAS DO SEMESTRE | 11.950.269 | 6.091.559 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - Sicoob Coopecredi

CNPJ/MF nº 44.469.161/0001-02

| | Capital Subscrito | Reserva Legal | Reserva Estatutária | Reserva de Contingências | Sobras ou Perdas Acumuladas | Total |
|--|-------------------|-------------------|---------------------|--------------------------|-----------------------------|--------------------|
| Saldos em 31/12/2013 | 74.582.427 | 26.819.470 | 949.165 | | 7.623.205 | 109.974.268 |
| Destinação de Sobras Exercício Anterior | | | | | | |
| Constituição de Reservas | | | | 3.600.000 | (3.600.000) | - |
| Em Conta Corrente do Associado | | | | | (2.154.524) | (2.154.524) |
| Ao Capital | 1.868.681 | | | | (1.868.681) | - |
| Por Subscrição/Realização | 1.479.544 | | | | | 1.479.544 |
| Por Devolução (-) | (559.138) | | | | | (559.138) |
| Estorno de Capital | | | | | | |
| Reversões de reservas | 949.165 | | (949.165) | | | |
| Sobras ou Perdas Líquidas | | | | | 6.091.559 | 6.091.559 |
| Saldos em 30/06/2014 | 78.320.679 | 26.819.470 | - | 3.600.000 | 6.091.559 | 114.831.709 |
| Movimentação de Capital | | | | | | |
| Saldos em 31/12/2014 | 83.246.323 | 30.253.547 | 1.373.630 | 3.600.000 | 8.241.781 | 126.715.282 |
| Destinação de Sobras Exercício Anterior | | | | | | |
| Constituição de Reservas | | | | 5.000.000 | (5.000.000) | - |
| Em Conta Corrente do Associado | | | | | (2.306.403) | (2.306.403) |
| Ao Capital | 927.077 | | | | (927.077) | - |
| Cotas de Capital à Pagar - Ex associados | | | | | (8.301) | (8.301) |
| Movimentação de Capital | | | | | | |
| Por Subscrição/Realização | 911.381 | | | | | 911.381 |
| Por Devolução (-) | (1.361.494) | 29 | | | | (1.361.465) |
| Estorno de Capital | | | | | | |
| Reversões de reservas | 1.370.116 | 3.514 | (1.373.630) | | | - |
| Sobras ou Perdas Líquidas | | | | | 11.950.269 | 11.950.269 |
| Saldos em 30/06/2015 | 85.093.402 | 30.257.091 | - | 8.600.000 | 11.950.269 | 135.900.762 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - Sicoob Coopecredi

CNPJ/MF nº 44.469.161/0001-02

| | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|---|--------------------|---------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Sobras/Perdas do Exercício | 11.950.269 | 6.091.559 |
| IRPJ / CSLL | (56.919) | (33.131) |
| Provisão para Operações de Crédito | 416.726 | 1.703.035 |
| Depreciações e Amortizações | 332.282 | 348.520 |
| Sobras/Perdas do Exercício Ajustado | 12.642.358 | 8.109.983 |
| VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS | | |
| Títulos e Valores Mobiliários | (59.223.380) | (149.384.960) |
| Operações de Crédito | (160.754.653) | (127.399.141) |
| Outros Créditos | (6.609.906) | (4.520.802) |
| Outros Valores e Bens | (702.339) | (40.293) |
| Depósitos a Vista | (83.087) | 2.339.321 |
| Depósitos sob Aviso | (4.332.521) | 175.587 |
| Depósitos a Prazo | 98.229.764 | 123.033.695 |
| Outras Obrigações | 828.491 | 1.578.650 |
| Relações Interdependências | (51) | 153 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses | 124.519.888 | 102.845.358 |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado) | 4.514.564 | (43.262.448) |
| Aporte de Capital em Investimentos | (801.432) | (1.496.807) |
| Aquisição em Imobilizações de Uso | (186.458) | (84.208) |
| Aquisição em Diferido | (7.000) | - |
| Aquisição em Intangível | - | (6.840) |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado) | (994.890) | (1.587.856) |
| Aumento por novos aportes de Capital | 911.381 | 1.479.544 |
| Devolução de Capital aos Associados | (1.361.465) | (559.138) |
| Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital a Pagar | (8.301) | - |
| Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados | (2.306.403) | (2.154.524) |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/ (Aplicado) | (2.764.789) | (1.234.118) |
| AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA | 754.885 | (46.084.422) |
| No início do período | 333.362.686 | 348.134.606 |
| No fim do período | 334.117.571 | 302.050.184 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E DE 2014
(Valores expressos em Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - SICOOB COOPECREDI, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 15/12/1974, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- i) o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) prover, através da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem como a comercialização e industrialização dos bens; e
- iii) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A Cooperativa possui Postos de Atendimento (PA) nas seguintes localidades: Guariba, Jaboticabal, Taquaritinga, Dumont, Pradópolis e Matão.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – Bacen, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971, com alterações da Lei Complementar 130/2009 bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Desta forma, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 21/07/2015.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; e CPC 33 R1 - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/15 (válido a partir de 1º de janeiro de 2016). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear. As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas na demonstração de sobras ou perdas quando da prestação de serviços a terceiros, substancialmente serviços bancários. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda – IR e contribuição social – CSLL quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários, títulos e valores mobiliários, e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|--|--------------------|--------------------|
| Caixa e depósitos bancários | 577.510 | 1.263.792 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 327.535.906 | 293.634.263 |
| Relações interfinanceiras – centralização financeira | 6.004.155 | 7.152.128 |
| Total | 334.117.571 | 302.050.184 |

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/1999 introduziu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

n) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com associados é isento de tributação.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 30 de junho de 2015 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2015.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 30 de junho de 2015 e de 2014, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários da Cooperativa estavam assim compostas:

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Títulos de Renda Fixa | - | 11.345.320 |
| Cotas em Fundos de Investimentos | 5.637 | - |
| Recibo de Depósito Cooperativo - RDC | 485.562.578 | 489.202.500 |
| Títulos de Previdência | - | 364.219 |
| Total | 485.568.215 | 500.912.038 |

Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI, realizadas em bancos de primeira linha e com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Os recibos de depósitos cooperativos - RDC referem-se a aplicações financeiras mantidas no SICOOB SÃO PAULO, remuneradas por, aproximadamente, 100% do CDI.

NOTA 05 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SÃO PAULO, conforme determinado no art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/2010, com remuneração de, aproximadamente, 95% do CDI e liquidez imediata, no montante de R\$ 6.004.154,73 (2014 - R\$ 7.152.128,31), os quais resultaram, no primeiro semestre de 2015, em ingressos de depósitos intercooperativos o montante de R\$ 390.604,51 (2014 - R\$ 312.648,44), registrados em contrapartida de Outros ingressos operacionais (Nota20).

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999:

| Nível / Percentual de Risco / Situação | AD / Emprest./Tit. Desc. * | Financiamento | Crédito Rural | Total em | | Total da Provisão em | | | |
|--|----------------------------|---------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | | | 30/06/2015 | 30/06/2015 | 30/06/2014 | 30/06/2014 | | |
| AA | | Normal | 8.461.459 | 70.821 | 25.339.303 | 33.871.583 | - | 1.399.319 | - |
| A | 0,5% | Normal | 66.832.403 | 907.886 | 287.323.618 | 355.063.907 | (1.775.320) | 391.720.361 | (1.958.602) |
| A | 0,5% | Vencidas | 396.998 | - | - | 396.998 | (1.985) | 787.342 | (3.937) |
| B | 1% | Normal | 10.000.164 | - | 5.195.936 | 15.196.100 | (151.961) | 3.704.695 | (37.047) |
| B | 1% | Vencidas | 409.277 | - | - | 409.277 | (4.093) | 308.420 | (3.084) |
| C | 3% | Normal | 7.271.417 | - | 1.460.133 | 8.731.550 | (261.946) | - | - |
| C | 3% | Vencidas | 139.539 | - | - | 139.539 | (4.186) | 115.634 | (3.469) |
| D | 10% | Normal | 8.332.701 | - | 103.017 | 8.435.719 | (843.572) | - | - |
| D | 10% | Vencidas | 58.876 | - | - | 58.876 | (5.888) | - | - |
| E | 30% | Normal | 17.307 | - | - | 17.307 | (5.192) | 283.676 | (85.103) |
| E | 30% | Vencidas | 3.798 | - | - | 3.798 | (1.139) | - | - |
| F | 50% | Normal | 1.456.235 | - | - | 1.456.235 | (728.118) | 5.000 | (2.500) |
| F | 50% | Vencidas | - | - | - | - | - | - | - |
| G | 70% | Normal | - | - | - | - | - | 5.027 | (3.519) |
| G | 70% | Vencidas | - | - | - | - | - | 1.383.755 | (968.628) |
| H | 100% | Normal | 420.281 | - | - | 420.281 | (420.281) | - | - |
| H | 100% | Vencidas | 54.143 | - | - | 54.143 | (54.143) | 30.228 | (30.228) |
| Total Normal | | | 102.791.966 | 978.706,54 | 319.422.008 | 423.192.681 | (4.186.389) | 397.118.078 | (2.086.771) |
| Total Vencido | | | 1.062.630 | - | - | 1.062.630 | (71.434) | 2.625.378 | (1.009.346) |
| Total Geral | | | 103.854.597 | 978.707 | 319.422.008 | 424.255.312 | (4.257.823) | 399.743.457 | (3.096.117) |
| Provisões (-) | | | (2.710.600) | (4.539) | (1.542.683) | (4.257.823) | | (3.096.117) | |
| Total Líquido | | | 101.143.997 | 974.167 | 317.879.325 | 419.997.488 | | 396.647.340 | |

*A partir de fevereiro de 2015 ocorreu a implantação da nova Plataforma de Risco de Crédito – PRC que contém um conjunto de 14 (quatorze) metodologias para avaliação de risco de tomadores e do risco das operações de crédito, em consonância com o preconizado na Resolução CMN 2.682/1999. Desde então, a Cooperativa pode utilizar a PRC para subsidiar as suas decisões de crédito. A avaliação de risco das operações é feita com base em Estimativa de Perdas (PE) e parte da combinação do risco do tomador (PD – Probabilidade de Descumprimento) com o componente de risco Perda Dado o Descumprimento (LGD, em inglês), que é definido em função das garantias vinculadas. Em 30/06/2015, 44% do saldo devedor das operações de crédito da Cooperativa já encontravam-se avaliados por essas novas metodologias.

** Em Empréstimos estão contidos os valores das Operações Renegociadas.

b) Composição da carteira de créditos segregada por faixas de vencimento

| Descrição | Até 90 | De 91 a 360 | Acima de 360 | 30/06/2015 |
|--|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Adiantamento a Depositantes, Cheque Especial e Conta Garantida | 4.026.817 | - | - | 4.026.817 |
| Empréstimos | 13.785.294 | 40.192.712 | 20.252.091 | 74.230.097 |
| Títulos Descontados | 22.802.183 | 2.795.500 | - | 25.597.683 |
| Financiamentos | 130.015 | 302.949 | 545.743 | 978.707 |
| Crédito Rural | 26.234.242 | 131.768.278 | 161.419.488 | 319.422.008 |
| Total | 66.978.552 | 175.059.439 | 182.217.321 | 424.255.312 |

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo produto, cliente e atividade econômica:

| Setor | 30/06/2015 | | | | 30/06/2014 | |
|---------------------------|------------------|------------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Conta Corrente | Empréstimos e Financiamentos | Título Descontado | Crédito Rural | Total da Carteira | Total da Carteira |
| Setor Privado - Comércio | 833.380 | 29.581.140 | 7.542.734 | 4.387.521 | 42.344.774 | 34.601.695 |
| Setor Privado - Indústria | 303.956 | 7.669.450 | 10.566.819 | 1.245.593 | 19.785.817 | 14.533.606 |
| Setor Privado - Serviços | 1.524.596 | 12.572.653 | 5.746.051 | - | 19.843.301 | 17.824.858 |
| Pessoas Físicas | 1.364.885 | 25.385.561 | 1.742.079 | 313.788.894 | 342.281.419 | 332.783.298 |
| Total | 4.026.817 | 75.208.803 | 25.597.683 | 319.422.008 | 424.255.312 | 399.743.457 |

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|---|--------------------|--------------------|
| Saldo Inicial | (3.841.098) | (1.393.082) |
| Constituições/Reversões no período | (1.986.908) | (1.703.035) |
| Transferências/Reversões para Prejuízo no período | 1.570.183 | - |
| Total | (4.257.823) | (3.096.117) |

e) Concentração dos principais devedores:

| Descrição | 30/06/2015 | % Carteira Total | 30/06/2014 | % Carteira Total |
|----------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|
| Maior Devedor | 9.344.072 | 2% | 8.014.909 | 2% |
| 10 maiores devedores | 58.772.475 | 14% | 57.547.643 | 14% |
| 50 maiores devedores | 170.055.087 | 40% | 162.693.614 | 41% |

f) Créditos Baixados como Prejuízo, Renegociados e Recuperados em conformidade com a Resolução nº 2.682/1999 (CMN), artigo 11º, III, os montantes de operações estão assim compostos:

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|---|------------------|------------------|
| Saldo Inicial | 1.212.349 | 1.227.505 |
| Valor das operações transferidas no período | 1.570.183 | - |
| Valor das operações recuperadas no período | (1.528.882) | (3.434) |
| Total | 1.253.650 | 1.224.072 |

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, conforme demonstrado:

| Outros Créditos | 30/06/2015 | | | 30/06/2014 |
|--|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| Rendas a Receber (a) | 34.789 | - | 34.789 | 27.951 |
| Devedores por Depósito e Garantia (b) | - | 83.231.988 | 83.231.988 | 69.924.138 |
| Títulos e Créditos a Receber (c) | 198.110 | - | 198.110 | 525.377 |
| Devedores por Compra de Valores e Bens (d) | 4.586.042 | - | 4.586.042 | - |
| (-) Provisão para Perdas (e) | (164.607) | - | (164.607) | - |
| Outros Valores de Crédito (f) | 133.759 | - | 133.759 | 68.795 |
| Total | 4.788.092 | 83.231.988 | 88.020.080 | 70.546.261 |

(a) Em Rendas a Receber estão registrados os valores referentes a convênio com bancos e empresas para recebimento de contas como: energia elétrica, saneamento telecomunicações, tributos municipais, estaduais e federais, entre outros, de liquidez dentro de 90 dias

(b) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 2.397.624,93), IRRF sobre aplicações financeiras (R\$ 80.784.882,32), e ação cível (R\$ 49.480,43), tais recursos estão 100% provisionados no passivo não circulante;

(c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados os valores a receber de tarifas (R\$ 1.088,43), e operações de crédito renegociadas (R\$ 197.021,32);

(d) Em Devedores por Compra de Valores e Bens está registrado título a receber pela venda de imóvel obtido em dação de pagamento de operação de crédito, atualizado a 99% do CDI, de acordo com instrumento particular de venda e compra firmado em 10/11/2014.

(e) Referem-se às Provisões para Perdas nas realizações dos Títulos e Créditos a Receber, que corresponde a R\$ 141.677,21, e os R\$ 22.930,21 restantes a Devedores por Compra de Valores e Bens, constituída de acordo com os termos da Resolução CMN nº 2.682/1999.

(f) Em Outros Valores de Crédito estão registradas pendências a regularizar junto ao Bancoob, basicamente, na compensação.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

| Outros valores e bens | 30/06/2015 | | | 30/06/2014 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| Imóveis - bens não de uso próprio (a) | 616.250 | - | 616.250 | 5.423.479 |
| Material em estoque | 12.560 | - | 12.560 | 9.594 |
| Despesas antecipadas (b) | 81.636 | - | 81.636 | 202.193 |
| Total | 710.446 | - | 710.446 | 5.635.266 |

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor de R\$ 616.250,06, referente a bem recebido como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeito a depreciação ou correção.

(b) Em Despesas Antecipadas está registrada a contribuição cooperativista à OCESP.

NOTA 9 – PERMANENTE
a) Investimentos

O saldo é representado por quotas do SICOOB SÃO PAULO e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

| Registrados ao custo de aquisição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULC | 17.045.762 | 10.501.872 |
| Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB | 7.171.383 | 5.631.564 |
| Total | 24.217.145 | 16.133.436 |

b) Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

| Imobilizado de Uso | 30/06/2015 | | | 30/06/2014 | Taxas anuais de depreciação % |
|-----------------------------------|------------------|-----------------------|------------------|------------------|-------------------------------|
| | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Total Líquido | Total Líquido | |
| Edificações | 1.090.000 | (72.667) | 1.017.333 | 1.044.583 | 2,5% |
| Instalações | 433.971 | (117.668) | 316.303 | 336.738 | 10% |
| Móveis e equipamentos de uso | 1.002.150 | (482.369) | 519.781 | 450.053 | 10% |
| Sistema de comunicação | 12.408 | (11.714) | 694 | 1.338 | 10% |
| Sistema de processamento de dados | 1.264.794 | (875.156) | 389.638 | 564.446 | 20% |
| Sistema de transporte | 386.137 | (250.851) | 135.286 | 103.076 | 20% |
| Total | 4.189.460 | (1.810.424) | 2.379.036 | 2.500.234 | |

Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor contábil inferior àqueles preços praticados pelo mercado.

c) Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, registrados pelos custos incorridos, e referem-se, substancialmente, a instalação e reforma de PAs.

| Diferido | 30/06/2015 | | | 30/06/2014 | Taxas anuais de amortização % |
|--------------|------------------|-----------------------|------------------|------------------|-------------------------------|
| | Custo corrigido | Amortização acumulada | Total Líquido | Líquido | |
| Benfeitorias | 2.760.681 | (1.509.548) | 1.251.132 | 1.500.418 | 10% |
| Total | 2.760.681 | (1.509.548) | 1.251.132 | 1.500.418 | |

d) Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

| Intangível | 30/06/2015 | | | 30/06/2014 |
|--------------|-----------------|-----------------------|----------------|----------------|
| | Custo corrigido | Amortização acumulada | Total Líquido | Total Líquido |
| Softwares | 467.045 | (340.783) | 126.262 | 144.072 |
| Total | 467.045 | (340.783) | 126.262 | 144.072 |

NOTA 10 – DEPÓSITOS
a) Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados.

| Descrição | 30/06/2015 | % Carteira Total | 30/06/2014 | % Carteira Total |
|------------------------|-------------|------------------|-------------|------------------|
| Maior Aplicador | 70.103.764 | 15% | 101.996.681 | 21% |
| 10 maiores aplicadores | 139.357.257 | 29% | 169.527.532 | 35% |
| 50 maiores aplicadores | 249.638.227 | 52% | 263.129.424 | 54% |

b) Composição das operações segregadas por tipo de depósito e clientes.

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|------------------------|--------------------|--------------------|
| Pessoa Física | 359.535.028 | 339.055.609 |
| Depósito à Vista | 13.605.472 | 15.901.041 |
| Depósito Sob Aviso | 7.021.532 | 6.876.586 |
| Depósito a Prazo | 338.908.024 | 316.277.983 |
| Pessoa Jurídica | 123.173.840 | 151.493.809 |
| Depósito à Vista | 6.669.211 | 5.652.124 |
| Depósito Sob Aviso | 102.879 | 4.520.577 |
| Depósito a Prazo | 116.401.750 | 141.321.107 |
| Total | 482.708.868 | 490.549.418 |

c) Composição das captações de depósitos segregados por faixas de vencimento:

| Descrição | 30/06/2015 | | | | | 30/06/2014 |
|--------------------|-------------------|--------------------|-------------|--------------|--------------------|--------------------|
| | Sem Vencimento | Até 90 | De 91 a 360 | Acima de 360 | TOTAL | TOTAL |
| Depósito à Vista | 20.274.683 | - | - | - | 20.274.683 | 21.553.166 |
| Depósito Sob Aviso | - | 7.124.411 | - | - | 7.124.411 | 11.397.163 |
| Depósito a Prazo | - | 455.309.774 | - | - | 455.309.774 | 457.599.090 |
| Total | 20.274.683 | 462.434.185 | - | - | 482.708.868 | 490.549.418 |

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013. O FGCoop tem por objetivo prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em operações de crédito rural (art. 37, da Resolução CMN nº 3.859/2010). As garantias oferecidas são as cédulas rurais e avais dos diretores.

Os empréstimos são apresentados a seguir:

| Obrigações por empréstimos | Taxa a.a. | 30/06/2015 | | | 30/06/2014 |
|---|------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| Banco do Brasil | 5,5% a.a. | 42.545.548 | - | 42.545.548 | 45.690.307 |
| BANCOOB | Entre 4,5% a.a. e 6,5% | 93.173.069 | 120.417.724 | 213.590.793 | 210.678.486 |
| Tesouro Nacional (Securitização) | 3% a.a. | 61.178 | 521.787 | 582.965 | 631.915 |
| Empréstimos no País - outras instituições | Entre 5,5% a.a. e 6,5% | 22.328.701 | 41.184.409 | 63.513.110 | 63.041.906 |
| Total | | 158.108.496 | 162.123.921 | 320.232.417 | 320.042.613 |

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

| Descrição | 30/06/2015 | | | 30/06/2014 |
|--|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a) | 2.082.231 | - | 2.082.231 | 2.188.111 |
| Cotas de capital a pagar | 559.073 | 136.744 | 695.817 | 543.117 |
| Total | 2.641.304 | 136.744 | 2.778.048 | 2.731.228 |

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|---|----------------|----------------|
| Provisão para impostos e contribuições s/ lucros | 7.281 | 4.801 |
| Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros | 9.009 | 8.859 |
| Impostos e contribuições s/salários | 181.296 | 441.057 |
| Pis/Cofins a recolher | 2.231 | 1.088 |
| Total | 199.818 | 455.805 |

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

| Outras Obrigações - diversas | 30/06/2015 | | | 30/06/2014 |
|---|------------------|----------------|------------------|------------------|
| | Circulante | Não Circulante | Total | Total |
| Despesas de Pessoal | 1.020.041 | - | 1.020.041 | 808.356 |
| Obrigações por prestação de serviços de pagamento | 125.901 | - | - | 108.875 |
| Outras Despesas Administrativas (a) | 89.490 | - | 89.490 | 53.380 |
| Cheques Descontados (b) | 403.725 | - | 403.725 | 292.490 |
| Credores diversos - País (c) | 876.215 | - | 876.215 | 1.429.811 |
| Total | 2.515.372 | - | 2.515.372 | 2.692.913 |

(a) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com água/energia/gás (R\$ 4.746,71), aluguéis (R\$ 11.006,86), processamento de dados (R\$ 22.281,22), segurança e vigilância (R\$ 31.499,98), seguros (R\$ 1.074,3), plano de saúde (R\$ 5.941,11) e outras (R\$ 12.939,86).

(b) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 30/06/2015.

(c) A conta Credores Diversos - País, está assim composta:

| Credores Diversos - País | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|--------------------------|----------------|------------------|
| Sobras de caixa | - | 186 |
| Pendências a regularizar | 54.789 | 143.832 |
| Pagamentos a processar | 124.228 | 35.776 |
| Procapcred (a) | 697.199 | 1.250.017 |
| Total | 876.215 | 1.429.811 |

(a) O Procapcred - Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito é uma linha de crédito especial para aquisição de cotas de capital, através de recursos do BNDEI (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O programa é um incentivo do Governo Federal, visando o fortalecimento do sistema de crédito cooperativo no País. A respectiva obrigação foi constituída tendo em vista que o SICOOB COOPECREDI assumiu, em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de setembro de 2007, todas as obrigações dos associados que aderiram ou vierem a aderir ao PROCAPRED. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2013, foi aprovada a extinção da obrigação para novas operações.

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS - PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais, trabalhistas e cíveis em que a Cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

| Descrição | Probabilidade de Perda | Valor Provisionado Saldo em 30/06/2015 | Valor Depósitos Judiciais em 30/06/2015 | Valor Provisionado Saldo em 30/06/2014 | Valor Depósitos Judiciais em 30/06/2014 |
|--------------|------------------------|--|---|--|---|
| IRRF (a) | Provável | 80.888.988 | 80.784.882 | 67.708.318 | 67.636.145 |
| PIS (b) | Possível | 1.075.109 | - | 961.867 | - |
| COFINS (b) | Possível | 2.397.625 | 2.397.625 | 2.287.994 | 2.287.994 |
| Cíveis | Provável | 69.480 | 49.480 | 20.000 | - |
| Total | | 84.431.203 | 83.231.988 | 70.978.179 | 69.924.138 |

(a) A Cooperativa questiona judicialmente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com a Cooperativa. Consequentemente, a Cooperativa vem registrando as correspondentes obrigações, bem como efetuou depósitos judiciais, relacionados à esse assunto.

(b) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a Cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Processos classificados como possível perda

A administração da Cooperativa, fundamentada na tese de que toda a movimentação financeira da cooperativa de crédito constitui ato cooperativo, não caracterizando base imponible para tributação, não apura o PIS, a Cofins, o IRPJ e a CSLL sobre rendimentos das aplicações financeiras que a Cooperativa mantém em sociedades não cooperativas. Não obstante, a Cooperativa foi autuada no que se refere a essa tese, para o período de apuração de 1998 a julho de 2011, cujo valor atualizado em 30 de junho de 2015 é de, aproximadamente, R\$ 91.096.123,29 (31/12/2014 – R\$ 86.029.570,47), autuação que está sendo questionada pela Cooperativa na esfera administrativa. Em maio de 2013 a Cooperativa obteve êxito com decisão definitiva, por unanimidade, no que se refere à CSLL e ao IRPJ autuados para os anos de 2005 e 2006, e aguarda a publicação do acórdão de um segundo processo referente ao período de 2007 à 2009 onde também já obteve decisão favorável em novembro de 2012, por unanimidade, no montante de R\$ 70.817.127,94 (31/12/2014 - R\$ 66.878.445,30). A Cooperativa, baseada no seu entendimento, e, na opinião de seus assessores jurídicos que classificam essa tese como de possível perda, não efetuou qualquer provisão para fazer face a eventuais perdas relacionadas a esse assunto.

No exercício de 2010 e 2011, a Cooperativa foi autuada pela Secretaria da Receita Federal - SRF sobre a não retenção de IRRF, pertinente a distribuição de sobras dos exercícios de 2005 a 2009, no montante atualizado de, aproximadamente, R\$ 6.109.307,70 (31/12/2014 – R\$ 5.769.522,33), autuação esta que está sendo questionada na esfera administrativa. A Cooperativa, baseada no seu entendimento e na opinião de seus assessores jurídicos, fundamentada na tese de que toda a movimentação financeira da cooperativa de crédito com seus associados constitui ato cooperativo, não caracterizando base imponible para tributação, e que classificam essa tese como de possível êxito, sendo assim, não efetuou qualquer provisão para fazer face a eventuais perdas relacionadas a esse assunto.

NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB COOPECREDI opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus associados. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

O Capital Social e número de associados estão assim compostos:

| | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|----------------------------|--------------|--------------|
| Capital Social | 85.093.402 | 78.320.679 |
| Total de associados | 3.615 | 2.994 |

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 25%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades, no montante de R\$ 30.257.090,58.

(c) Reserva para Contingências

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de junho de 2014 foi aprovada a criação do Fundo de Expansão e de Contingências, destinado a cobrir eventuais prejuízos ou perdas decorrentes da inadimplência da carteira de crédito, de ações judiciais ou administrativas, aquisição ou reforma de bens móveis e imóveis e cobrir demais perdas do exercício. Em 30/6/2015 representava R\$ 8.600.000,00.

(d) Sobras ou Perdas Acumuladas

As sobras líquidas apuradas ao final de cada semestre são transferidas para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, cujo saldo ao final do exercício são destinadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. As sobras acumuladas no semestre findo foram de R\$ 11.950.268,94.

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras dos exercícios sociais de 2014 e de 2013 foram aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 31 de março de 2015 e 9 de abril de 2014, respectivamente.

NOTA 18 – RESULTADOS DE ATOS NÃO COOPERATIVOS

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|---|----------------|---------------|
| Receita de prestação de serviços de atos não cooperativos | 222.748 | 136.731 |
| Despesas específicas de atos não cooperativos | (67.277) | (39.489) |
| Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido) | 155.471 | 97.242 |

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|--|--------------------|--------------------|
| Outros dispêndios/despesas administrativas | | |
| Serviços do sistema financeiro | (403.731) | (305.758) |
| Despesas de comunicação | (182.615) | (190.188) |
| Despesas de processamento de dados | (169.420) | (177.485) |
| Aluguéis | (72.202) | (82.213) |
| Serviços diversos contratados | (254.078) | (171.742) |
| Vigilância e segurança | (239.082) | (211.885) |
| Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas | (66.148) | (72.431) |
| Depreciação e amortização | (332.282) | (348.520) |
| Outros | (375.611) | (310.867) |
| Total de Outros dispêndios/despesas administrativas | (2.095.170) | (1.871.088) |

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS/RENDAS / DISPÊNDIOS/DESPESAS E RESULTADO NÃO OPERACIONAL

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|---|------------------|------------------|
| Outros ingressos/rendas operacionais | | |
| Ingressos de depósitos intercooperativos | 390.605 | 312.648 |
| Distribuição de sobras e dividendos de investimento | 1.635.273 | 1.071.026 |
| Outros | 666.838 | 330.881 |
| Total de Outros ingressos/rendas operacionais | 2.692.716 | 1.714.556 |
| Outros dispêndios/despesas operacionais | | |
| Dispêndios com as operações PROCAPRED | (35.267) | (54.059) |
| Outros | (516.760) | (13.166) |
| Total de Outros dispêndios/despesas operacionais | (552.028) | (67.225) |
| Resultado não operacional | (18.095) | (100) |
| Perdas não operacionais | (18.095) | (100) |
| Total do Resultado Líquido | 2.122.593 | 1.647.231 |

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, penhor, caução e alienação fiduciária.

(a) Saldo das operações ativas e passivas no 1º semestre de 2015:

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 | % em relação à carteira total |
|------------------------------|------------|------------|-------------------------------|
| Saldo das operações ativas | 51.538.159 | 42.673.168 | 12,15% |
| Saldo das operações passivas | 46.574.115 | 36.411.791 | 9,65% |

(b) Detalhamento das Operações Ativas:

| OPERAÇÕES ATIVAS | | | |
|--|------------------------------|---|---|
| Natureza da Operação de Crédito - Transações com partes relacionadas | Valor da Operação de Crédito | PCLD (Provisão para crédito de Liquidação Duvidosa) | % da Operação Crédito em relação à carteira total |
| Cheque Especial | 19.306 | 181 | 0,00% |
| Conta Garantida | - | - | 0,00% |
| Crédito Rural | 45.025.582 | 189.093 | 10,61% |
| Empréstimo / Financiamento | 2.955.363 | 14.777 | 0,70% |
| Título Descontado | 300.987 | 66 | 0,07% |
| Coobrigações - Finame | 3.236.921 | - | 0,76% |

(c) Detalhamento das Operações Passivas:

| OPERAÇÕES PASSIVAS | | |
|---|-------------------------------|---|
| Natureza da Aplicação Financeira - Transações com partes relacionadas | Valor da Aplicação Financeira | % da Aplicação financeira em relação à carteira total |
| Depósitos à vista | | |
| Pessoas físicas e jurídicas | 1.298.396 | 0,27% |
| Depósitos a prazo | | |
| Pessoas físicas e jurídicas - taxa pós-fixada | 45.275.718 | 9,38% |

(d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, penhor, caução e alienação fiduciária.

| GARANTIAS PRESTADAS DE PARTES RELACIONADAS AO 1º SEMESTRE DE 2015 | |
|---|---------------------|
| Natureza da Operação de Crédito | Total das Garantias |
| Empréstimos e Financiamentos | 33.939.756 |
| Títulos Descontados e Cheques Descontados | 297.513 |
| Crédito Rural | 523.921.659 |
| Coobrigações - Finame | 8.044.046 |

(e) No primeiro semestre de 2015, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

| BENEFÍCIOS MONETÁRIOS DE PARTES RELACIONADAS AO 1º SEMESTRE DE 2015 | |
|---|----------------------|
| Descrição | Total dos Benefícios |
| Honorários | 432.125 |

NOTA 22 – COOPERATIVA CENTRAL

O SICOOB COOPECREDI, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB SÃO PAULO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB SÃO PAULO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPECREDI responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB SÃO PAULO perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES E RISCOS EM GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de junho de 2015, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 28.125.303,24 (30/06/2014 - R\$ 24.740.135,90), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

NOTA 24 – SEGUROS CONTRATADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 30 de junho de 2015, os seguros contratados estão assim compostos:

| Descrição | 30/06/2015 | 30/06/2014 |
|--------------------|------------|------------|
| Seguro Patrimonial | 500.000 | 500.000 |
| Seguro de Valores | 100.000 | 100.000 |

NOTA 25 – ÍNDICE DE BASILEIA

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$ 119.825.400,84, em 30 de junho de 2015.

NOTA 26 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

26.1 - RISCO OPERACIONAL

- a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad), é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- f) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

26.2 - RISCOS DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

- a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.
- b) Conforme preceitua o artigo 2º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).
- d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.
- e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

26.3 - RISCO DE CRÉDITO

- a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o artigo 4º e 6º da Resolução CMN nº 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

26.4 - GERENCIAMENTO DE CAPITAL

- a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 5º da Resolução CMN 4.388/2014, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- I. avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - II. planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - III. adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Guariba (SP), 14 de agosto de 2015.

Ismael Perina Junior
Diretor Financeiro

Delson Luiz Palazzo
Diretor Administrativo

Antonio Carlos Pongitor
Diretor Operacional

Milton Semolin
Contador
CRC: 1SP099361/O-0

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Diretoria e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - SICOOB COOPECREDI
Guariba - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - SICOOB COOPECREDI, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - SICOOB COOPECREDI é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - SICOOB COOPECREDI em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Apresentação dos valores correspondentes ao semestre encerrado em 30 de junho de 2014

Os valores correspondentes a data base 30 de junho de 2014, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba - SICOOB COOPECREDI foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião sem ressalva datada de 29 de agosto de 2014.

São Paulo-SP, 14 de agosto de 2015.



Rui de Assis Vasconcelos
Contador – CRC – MG 75.505/O-3 “S” SP
CNAI 1915